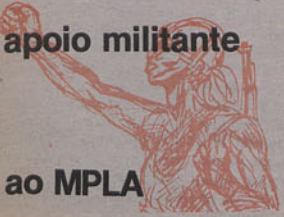
Esquerda Socialista
Director: Augusto Mateus — Órgão do Movimento de Esquerda Socialista — Ano I Nº 32 / 4 de Junho de 1975 — Preço 3$00

Revolução ou Reacção
A opção vai pôr-se com toda a clareza:

De um lado da barricada — estarão aqueles para quem o avanço para o socialismo implica a destruição do aparelho de Estado burguês, a institucionalização do poder operário e popular

Do outro lado — estarão os conciliadores, os que em nome das liberdades burguesas não hesitam em boicotar a emancipação da classe operária

A opção vai pôr-se com toda a clareza...

EDITORIAL

A crise política que se tornou mais evidente após as eleições para a Constituinte, sobretudo pelas tentativas social-democráticas de recuperação do processo político, só aparentemente está resolvida neste momento. Com efeito, **o facto de se manterem inalteráveis as estruturas de Poder** (Conselho da Revolução, Governo Provisório) **não significa que se tenham superado as contradições do processo revolucionário que estão na origem da crise política**

O facto de o Conselho de Ministros ter recomeçado a reunir com a presença dos social-democratas do P. S., não quer dizer que o Governo de Coligação não tenha já mostrado claramente estar ultrapassado pela dinâmica do processo. **Tal apenas significa que o estado embrionário em que se encontra a organização autónoma das massas populares permitiu que, desta vez, as tendências conciliatórias no M F A se impusessem à clara vontade de avanço revolucionário manifestada na Assembleia de Delegados do M.F.A. e, deste modo, insuflassem mais um balão de oxigénio às actuais estruturas do Poder político**

No entanto, à medida que o processo de organização popular for avançando e que a ligação dos soldados, marinheiros, oficiais progressistas e revolucionários aos trabalhadores organizados se aprofundar, será perfeitamente evidente que a **ultrapassagem da crise económica em favor dos trabalhadores só será possível pondo em causa o aparelho de Estado burgues e os seus órgãos de poder** que assentam na idealista teoria de que é possível caminhar para o Socialismo pelo controlo da social-democracia e das suas instituições.

Chegará então o momento em que a opção «Revolução ou Reacção» se porá com toda a sua clareza. **De um lado da barricada** estarão aqueles que entendem que o avanço do processo no sentido do Socialismo implica um salto qualitativo que elimine das estruturas do poder os representantes da burguesia portuguesa e defensores do capitalismo internacional; que crie condições para a destruição do aparelho de estado burguês e para a institucionalização do Poder Operário e Popular. **De outro lado da barricada** estarão os conciliadores, os oportunistas, os que em nome das liberdades burguesas não hesitam em boicotar a emancipação da classe operária e dos seus aliados, tentando a todo o custo, e com o apoio do imperialismo, perpetuar a exploração capitalista, mascarando-a embora com fraseologia «democrática» e «socialista». **Por isso, mais do que nunca, as palavras de ordem a levar por diante são as que asseguram a unidade militante dos revolucionários civis e militares, a partir da definição de um Programa político de unidade revolucionária, que definindo claramente os objectivos estratégicos do processo (**Poder para os Trabalhadores, Independência Nacional), incentive a organização apartidária das massas populares e responda às necessidades colectivas imediatas da classe operária e dos seus aliados.

Terá assim de se avançar rapidamente no caminho da organização popular. **No entanto, nada se avançará se prevalecerem neste processo as concepções burocráticas que procuram institucionalizar mascaradas de órgãos populares**, em que a democraticidade e a permanente revogabilidade dos executivos não estejam garantidas, em que a dependência em relação aos órgãos administrativos caducos do aparelho de estado burguês continue, em que as tarefas ofensivas de avanço do processo revolucionário estejam ausentes, em que a pretexto de defender a «revolução» se controle e enquadre disciplinadamente as massas nas tarefas da «reconstrução nacional».

Só partido daqueles órgãos que as massas já institucionalizaram na sua luta contra a dominação capitalista (Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, Conselhos de Aldeia), **contribuindo para a sua organização nas fábricas, empresas, aldeias, vilas e cidades onde não existam, desenvolvendo espaços para a sua coordenação regional e nacional e para a sua ligação com os soldados, marinheiros e oficiais progressistas e revolucionários aquartelados, se poderá dar um importante passo no sentido da organização e mobilização popular, capazes de assegurar a irreversibilidade do processo, o Socialismo e a Independência Nacional**

Avante na marginalização dos partidos burgueses!

Avante na orgnnização revolucionária das massas!

Unir os revolucionários civis e militares

Avançar na organização revolucionária das massas

Elaborar um Programa político de unidade revolucionária!

Lutar pelo Socialismo e pela independencia nacional!

C.M.Oeiras: Quem pretende dividir os trabalhadores?

Os últimos acontecimentos relacionados com a Camara M. de Oeiras **são suficientemente importantes e preocupantes para justificar a necessidade de um alerta tanto a trabalhadores como a moradores,** aqueles mais directamente interessados num bom funcionamento da C. M. O.

Se, na verdade, o atribulado plenário de trabalhadores, realizado no dia 9/5 (em que abusivamente foi reclamada a presença de forças do Copcon para intervir numa reunião onde se debatiam problemas que só aos trabalhadores diziam respeito) **teve como principal consequencia uma maior divisão dos trabalhadores,** a manifestação que se seguiu no dia 14/5, de apoio à Comissão Administrativa, poderá vir a confirmar e aprofundar essa mesma divisão (lançando trabalhadores contra trabalhadores) assim **como demonstrar que as lutas partidárias pelo controlo das autarquias locais é cada vez maior.**

1) A quem interessa a divisão dos trabalhadores?

Todos sabem que as lutas dos trabalhadores nunca poderão sair vitoriosas se estes se encontrarem divididos e são precisamente aqueles que não estão interessados nessas vitórias que tudo tentam para os dividir. **Os fascistas e os corruptos ainda existentes na C. M. O.** sabem perfeitamente que a partir do momento em que haja união entre os trabalhadores serão muito mais facilmente desmascarados e expulsos; os **privilegiados, os oportunistas e os parasitas** sabem que não poderão continua· a se-lo; os **dirigentes** sabem que enquanto se encontrarem divididos os trabalhadores, **ma or margem de manobra terão para conseguir os seus intentos** e **fugir a um controlo absolutamente necessário;** aqueles que são introduzidos no seio dos trabalhadores para os dividir sabem que serão facilmente desmascarados; **aqueles que põem acima dos interesses dos trabalhadores os seus interesses ou os do partido a que pertencem, sabem que não levarão avante os seus intentos.** Face a isto há que estar **alerta, organizados e unidos na luta.**

2) Porque não foi ainda feito o devido saneamento, passados quase 13 meses sobre o 25 de Abril? A falta de saneamento na C. M. O. poderá ser, em parte, uma das causas que contribuiram para a actual divisão dos trabalhadores. **Aqueles que atrás citámos concerteza que temem o saneamento pois serão vitimas dele e por isso não se importarão de lançar mão de todas as manobras para que tal não aconteça.** Só assim se compreende o saneamento de trabalhadores antifascistas (que poderão ter tido atitudes incorrectas devendo portanto ser corrigidos e até castigados) em detrimento de notórios e declarados fascistas, ANPs, legionários, corruptos, parasitas, etc., etc., que continuam na C. M. O., mesmo em postos de chefia.

3) A luta partidária pelo controlo das autarquias locais terá como finalidade a satisfação dos interesses dos trabalhadores e moradores? Ou será só a luta pelo Poder de maneira a dominar e alcançar outros objectivos mais poderosos?

Se na verdade **há que fazer criticas, algumas acérrimas,** a esta Comissão Administrativa (o processo como foi «eleita», tentativas de limitar a acção das Comissões de moradores, o seu partidarismo, alguns casos de má gestão), **temos de ter em conta que as tentativas de saneamento de várias comissões administrativas de autarquias locais não surge por acaso.** Não é por acaso que os partidos sociais-democratas tem atacado essas comissões tendo como aliados todas as forças de direita. Tudo isto **faz parte de uma campanha muito bem orquestrada** que visa a subida ao Poder desses mesmos partidos **de maneira a poder reinstaurar em Portugal o poder do capital e a exploração** de que temos sido vítimas, mesmo que seja com as capas de centristas, sociais-democratas ou até mesmo «socialistas».

É perante tudo isto que nós **apelamos à organização dos trabalhadores em Comissões de trabalhadores, em comissões de moradores de maneira a efectuarem um rigido controlo sobre os centros de decisão, para defenderem os seus interesses.**

Comité de Oeiras do Movimento de Esquerda Socialista

MOVIMENTO ECOLÓGICO

No dia 5 de Junho dia mundial do ambiente o Movimento Ecológico leva a cabo várias iniciativas de entre as quais salientamos uma manifestação, com partida do Marquês de Pombal às 18 e 30, e uma sessão de esclarecimento às 21 e 30 na Casa do Minho.

Este Movimento tem por objectivo «a estruturação de uma Politica do Ambiente ao serviço da qualidade de vida de todos os portugueses».

ÚNICA POSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA:

Apoio militante ao MPLA

Mensagem conjunta da F S P, L C I, Luar, M D P, M E S e P C P lida no Coliseu na sessão de 31 de Maio integrada nas jornadas anti-imperialista e de apoio à luta do Povo de Angola

Com o derrube do regime fascista em 25 de Abril de 1974 e com as sucessivas derrotas infligidas às forças reaccionárias em datas como as de 28 de Setembro e 11 de Março, novas perspectivas se abriram ao povo português e aos povos das ex-colónias.

Porém, **é sabido que a burguesia nacional e o imperialismo não desarmam,** apesar de sofrerem golpes cada vez mais violentos.

Batidos em frentes como a do Camboja e a do Vietnam, concentram a sua agressividade em outras onde o seu domínio é posto em causa.

Portugal é alvo das manobras da social-democracia europeia, do imperialismo e de toda a reacção internacional, que através dos partidos da burguesia e explorando as contradições e os graves problemas sócio-económicos existentes, procuram por todos os modos, criar uma situação de instabilidade que permita a travagem e até o esmagamento do movimento revolucionário operário e popular, que dá cada dia passos mais importantes em direcção ao socialismo.

Essas forças são as mesmas que em Angola pretendem travar a luta do povo pela sua emancipação total, que não recuando perante os meios, desenvolvem uma acção de aniquilamento das forças progressistas e revolucionárias, que encontram expressão organizada no M P L A

Os destinos de Portugal e de Angola, assim como os das demais ex-colónias, estão intimamente ligados por aquilo que neles se joga em termos de domínio económico e militar, por parte das forças do capitalismo e do imperialismo. **Assim, nunca é demais repetir que, sendo os inimigos os mesmos, o combate é comum**

Desta forma, os trabalhadores, os revolucionários e os progressistas portugueses, não podem ficar indiferentes perante as recentes investidas das forças coloniais e neo-coloniais contra o M P L A e o povo angolano, cujas consequências se saldam em massacres e milhares de vítimas E ao mesmo tempo que se exprime solidariedade militante e de combate, deve-se denunciar, sem ambiguidades, a natureza contra-revolucionária dos mercenários de Holden Roberto, apoiados por Mobutu, fantoche dos E U A, o carácter oportunista e não menos reccionário da UNITA, ao serviço do capitalismo internacional e do neo-colonialismo

Devemos exigir que o M F A e o Governo português, tomem uma atitude de clara e firme face àquelas forças que, servindo interesses contrários aos do povo angolano, passam por cima de acordos e dos direitos mais elementares e fazem da força o único argumento.

Por outro lado, há que apoiar reivindicações imediatas e de carácter concreto feitas pelas forças revolucionárias, com relevância para o saneamento de todos os responsáveis em Portugal e em Angola por obstruções ao processo de libertação do Povo Angolano bem como a neutralização dos pides e demais bandos reaccionários, engrossados pelos foragidos de Portugal em Angola por vezes presentes em organismos de administração e decisão.

A neutralidade não é possível quando é a libertação de um povo que está em jogo, nem nós podemos abdicar das responsabilidades que nos cabem por, durante mais de quinhentos anos, o termos oprimido e explorado, e mantido uma guerra colonial responsável directa pela situação hoje existente.

Assim, neste dever de solidariedade efectiva com a luta do povo angolano e da sua vanguarda, e na base do anti-imperialismo, **há que reunir as mais amplas massas populares havendo que ultrapassar por isso divergências partidárias** Eis uma das razões que explica a característica unitária destas jornadas.

Mas se é o apoio à luta do povo angolano e do M.P.L.A. o objectivo fundamental que aqui nos trouxe esta noite, julgamos, no entanto que não devemos esquecer, dentro do espírito de internacionalismo proletário que nos anima, de manifestar o nosso regozijo pelas vitórias dos povos do Camboja e do Vietnam, a nossa certeza de que o povo do Chile vencerá, assim como os nossos camaradas brasileiros, palestinianos e todos os oprimidos e explorados que se batem pela independência nacional, pelo fim da exploração do homem pelo homem, pela construção do socialismo, contra o capitalismo e o imperialismo.

MORTE AO IMPERIALISMO!

UM SÓ POVO, UMA SÓ NAÇÃO SOB A BANDEIRA DO M P L A!

ANGOLA, PORTUGAL, O MESMO COMBATE!

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

A violência imperialista abate-se sobre o povo angolano

Derrotados na Indochina, em Moçambique, na Guiné e noutros pontos do mundo, pela luta heróica dos povos oprimidos, os imperialistas não desistem, no entanto, da sua política de roubo e violência criminosa

Milhares de angolanos pagaram com a vida, nos últimos tempos, o seu apoio ao M P L A e à causa que aquele representa que é a da emancipação total do povo. A F N L A, os ex-pides, Flechas e outros bandos de reaccionários a soldo do imperialismo têm sido os agentes directos dos crimes praticados Mas não só eles, também a UNITA e muitas outra forças (entre elas os foragidos de Portugal em Angola por vezes presentes em organismos de administração e decisão), têm dado uma cobertura clara a estas acções

Os seus objectivos são:

a) amedrontar o povo

b) quebrar a unidade M P L A POVO ANGOLANO

c) destroçar a sua vanguarda organizada — O M P L A

d) lançar os colonos brancos contra o processo de descolonização e contra o Governo Português

Numa palavra: manter a exploração imperialista do povo angolano, sob uma aparência de independência

Por outro lado pretendem desacreditar o M F A, fazendo recuar o processo revolucionário em Portugal Não podemos menosprezar esta ameaça, até porque o imperialismo conta no nosso país com a colaboração de forças importantes (entre elas a social-democracia), que não deixarão de utilizar esta difícil situação para a pôr ao serviço dos seus reaccionários objectivos

Apoiar a luta revolucionária do povo angolano e da sua vanguarda organizada o M P L A, é, não só um dever do Povo Português, mas ainda uma necessidade para o avanço da nossa luta. Perder em Angola face ao imperialismo, seria perder duas vezes, pois seriam profundas as consequências negativas desta derrota também aqui em Portugal

A neutralidade não é possível quando a libertação de um povo está em jogo

Oponhamo-nos firmemente aos crimes do imperialismo em Angola Não cedamos face ao suborno e à violência Exijamos ao Governo Provisóio uma atitude clara e firme face àquelas forças que, servindo interesses contrários ao povo angolano, passam por cima de acordos e dos direitos elementares e fazem da força o único argumento

SECRETARIADO DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA DO MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA

SOGANTAL — um ano de luta

No Montijo, as operárias da Sogantal levaram a efeito a sua anunciada festa do primeiro ano de luta.

Fez de facto um ano que a sua luta começou e se este aniversário foi o pretexto, a razão profunda da iniciativa foi outra, e está compreendida na palavra de ordem que deveria animar todos os presentes: **Sogantal a luta continua!**

As operárias que desde o afastamento do patrão abandonaram a fábrica para salvaguardar as máquinas tem estado impossibilitadas de manter a produção.

A sua sobrevivencia deve-se sobretudo à venda de «stocks» (fatos de treino) e à grande vontade que tem de levar avante os seus propósitos mesmo que para isso tenham de suportar, como tantas vezes tem acontecido, semanas em que os escudos a distribuir não ultrapassam as dezenas.

Entenderam agora, as operárias da Sogantal, ser a altura de dar um salto em frente no seu projecto. **Resolveram reocupar as instalações fabris para recomeçar a produção logo que possivel, mas numa fábrica que não mais represente para elas a exploração e a opressão que já tão decididamente recusaram.**

A «Festa Sogantal» quis assinalar uma nova fase desta longa batalha.

Com a prática da luta já vivida as operárias da Sogantal foram adquirindo experiencias que hoje lhes permitem entender os seus próprios problemas à luz da realidade mais vasta de que fazem parte.

Não veem, por isso, os seus projectos como um assunto privado e egoista.

A Festa Sogantal no Montijo foi prova disso. As operárias quiseram que a população, as dezenas de outras fábricas e empresas representadas por delegações operárias, os soldados e marinheiros das unidades vizinhas, as representações sindicais e todas as pessoas presentes tomassem conhecimento dos seus problemas, as conhecessem e apoiassem na luta, na luta de todos os explorados e oprimidos, a luta dos operários, camponeses, soldados e marinheiros, a luta dos trabalhadores contra a opressão e exploração capitalistas.

Um ponto fundamental na festa foi a representação que as próprias operárias fizeram de toda a sua história de luta. Resumindo a sua vida de operárias, o dia a dia vivido ao ritmo cadenciado e frio da prepotencia e da exploração, da casa à fábrica, da cantina à fábrica... Um martelar insuportável, um ritmo que se acelera, acelera, até que estoira. É o início da luta.

Luta que se desenrola e revive na representação das operárias culminando com as palavras de ordem gritadas por todos, operárias e assistencia: **Sogantal a luta continua!**

OPORTUNISMO PARTIDÁRIO

Uma tentativa de prejudicar o espirito revolucionário que as operárias da Sogantal tinham decidido dar à sua festa, teve lugar quando da intervenção marcadamente contra-revolucionária (reformista) de um grupo convidado a actuar.

As operárias tinham feito questão no apartidarismo da sua festa. São evidentes as razões.

No entanto assim não sucedeu por o referido grupo, G.A.C., sofrer das tendencias «reorganizativas» de que algumas «vanguardas» padecem e que na prática se resumem à tentativa oportunista de angariação de quadros.

Viram assim, as operárias da Sogantal, a sua festa invadida por palavras de ordem como «pão, paz, terra, liberdade, e independencia nacional» assim como de vivas a José Estaline.

Esta gritaria surge no fecho de uma peça cujo conteúdo se pode resumir no seguinte: «o nosso patrão é um patrão mau; façamos greve para que ele se torne num patrão razoável».

Daqui a moral da história retirada pelo referido Grupo de Acção Cultural de forma abstracta, irracional e reaccionária de que o que é preciso é «o pão, a paz, a terra, a liberdade, a independencia nacional» e a fé... o camarada Estaline, evidentemente.

A identificação deste grupo cultural com as organizações políticas defensoras da «democracia popular» (do M.R.P.P. à A.O.C.) e a evidente tentativa de utilizar a festa da Sogantal como comício partidário foi desmascarada numa nota das operárias lida ao microfone após a exibição do G.A.C.:

«Camaradas, antes de prosseguirmos a nossa festa, queremos afirmar que a luta das operárias da Sogantal nunca foi controlada por nenhum partido.

Agradecemos a colaboração de todos os camaradas que nos quiserem ajudar e à nossa luta, mas lamentamos o aproveitamento oportunista e partidário que se possa ter realizado ou se venha a realizar nesta festa».

No entanto, mais do que esta nota ou o que nós possamos dizer do oportunismo e reaccionarismo manifestado na intervenção deste grupo letradamente ignorante, a grande lição de teatro e de política receberam-na os jovens do Grupo de Acção Cultural e as restantes pessoas, pelo modo como as operárias da Sogantal representaram a sua luta concreta, real e revolucionária.

SOGANTAL A LUTA CONTINUA!!

A luta continua!

Internacionalismo social-democrata ameaça de desemprego os operários da LISNAVE

A necessidade de informar os trabalhadores do País sobre as medidas organizativas tomadas de acordo com o processo revolucionário em curso, e a grave situação em que poderá em breve estar a empresa devido à crise no transporte de petróleos e ao cancelamento de encomendas, foram as razões que determinaram a conferência de Imprensa convocada pela Comissão de Defesa dos Trabalhadores.

Presentes Guedes Lebre, António Gamito, Fernando Oliveira, António Runa e António Costa — todos operários — e ainda Joaquim Sampaio, engenheiro técnico.

Foram tratados fundamentalmente dois assuntos: a crise que se avizinha, agravada com o cancelamento de alguns contratos; e a luta pelo controlo operári da empresa e formas organizativas que tem assumido (ou virá a assumir).

Publicamos hoje a primeira parte desta conversa, prometendo para a próxima semana o restante.

A Eriksberg, uma das accionistas da Lisnave, integrada num dos maiores grupos suecos, é simultaneamente uma importante fornecedora e cliente.

O grande crescimento do mercado de construções navais permitiu que a Eriksberg realizasse um espectacular aumento de volume de negócios. Em 1973, firmou contratos relativos a 33 navios, num total de 4.200.000 toneladas, o que permite uma plena ocupação dos seus estaleiros até 1979.

Firmou contrato com a Lisnave pelo qual se comprometia a entregar 45 mil toneladas de aço manufacturado durante 4 anos. Desde que nenhuma das empresas o denunciasse ele manter-se-ia até Janeiro de 76 — está, portanto, em vigor.

Entretanto, a Lisnave produziria grande quantidade de componentes metálicas (partes de navio) para os estaleiros da Eriksberg.

Note-se que este contrato era extremamente vantajoso para a firma sueca que, sem investimentos, duplicava a capacidade de produção. Além disso aproveitava os preços da mão-de-obra barata em Portugal, vendendo os navios aos (elevados) preços correntes na Europa.

Acontece que, em carta de 7 de Março, a Eriksberg propunha rescisão do contrato, alegando a crise da energia.

A Eriksberg afirma-se em situação de falência, estando o Governo sueco disposto a tomar conta dela, mas apenas no caso de se conseguir uma revogação amigável do contrato com a Lisnave.

Tal revogação significaria para a Lisnave uma diminuição das encomendas da ordem dos 1.300.000 contos, ou seja, uma redução de 3,5 milhões de homens/hora de trabalho. Em 1976 isto traduzir-se-ia em desemprego para 2000 operários.

Os trabalhadores consideram que não podem aceitar tal revogação sem garantias de fornecimentos. Nem sequer nos interessam indemnizações que não resolvem o problema do desemprego.

Face à importância do problema pensam que as negociações deveriam realizar-se entre os Governos dos dois países. Embora o ministro português da Indústria concordasse com esta hipótese, os suecos preferiram enviar um delegado, um banqueiro da confiança do Governo, para falar directamente com a administração.

BOICOTE POLÍTICO

Perguntámos aos trabalhadores se o facto de serem os países do Norte da Europa, com Governos sociais-democratas, os mais afoitos a cancelar encomendas, não os fazia ver nisso uma manobra política no sentido de entravar o processo português, nomeadamente pressionando o M.F.A. para que dê maior pode às forças políticas mais próximas daqueles governos, como seja o Partido Socialista.

Os trabalhadores embora preferindo não responder de forma directa, salientaram o facto de a crise da Eriksberg se agravar à medida que o processo político português avança...

Esta crise é tanto mais estranha se tivermos em conta que em 72 realizam 650.000 milhões de coroas, atingindo a pleno utilização — 618 mil toneladas — com o concurso da Lisnave.

Note-se que há outros cancelamentos de encomendas invocando falta de segurança, tendo havido armadores alemães que mandaram segurar os barcos fundeados na Lisnave contra riscos de guerra.

Os operários pensam que, de qualquer modo, **é má tactica por parte da social-democracia:** os trabalhadores ficam a ver que não é regime que lhes sirva, já que não querem nada connosco...

A DELEGAÇÃO DO P.S.

Presentes na conferência de Imprensa vários suecos, da juventude do P.S. de lá, envergando camisolas e emblemas do P.S. de cá.

Os trabalhadores explicariam que têm aparecido antes de cada negociação não se sabendo se haverá alguma relação...

Interrogados pela mesa sobre o que pensavam do cancelamento do contrato responderam surpreendentemente (?) com uma evasiva: que de outro modo haveria 5 mil desempregados na Suécia.

Face aos dados que demonstram o contrário (os contratos já firmados garantem pleno emprego na Eriksberg até 79), uma conclusão ressalta — também o P.S. sueco defende de forma estranha os interesses dos trabalhadores.

É NECESSÁRIO ENCONTRAR NOVOS MERCADOS

Os trabalhadores afirmaram ainda que foi uma vitória ter-se ultrapassado o plano económico Melo Antunes: com dois estaleiros em crise previa-se a construção de mais um...!

A terminar afirmou-se que há que exigir da Eriksberg o cumprimento do contrato tendo sido salientado que será difícil encontrar uma solução para a actual crise da empresa sem encontrar novos mercados.

A Lisnave — Estaleiros Navais de Lisboa, S.A.R.L., é uma das empresas do grupo CUF, grupo capitalista que integra mais de 100 empresas, sendo o maior grupo financeiro em Portugal.

Este grupo representa «mais de um décimo do capital social de todas as sociedades existentes em Portugal, ou seja, cerca de 8 milhões e meio de contos de capital nominal num conjunto de 90 empresas» (Belmira Martins — Sociedades e Grupos em Portugal).

A Lisnave foi constituída em 1961 com o capital de 50.000 contos e tem a seguinte distribuição:

Accionistas nacionais:	
Estado (através dos Bancos, Companhias de Seguros e F.I.D.E.S.)	**3,83%**
CUF e família Mello	**38,19%**
Fundação C. Gulbenkian	**2,00%**
Fundações e outras instituições	**1,45%**
Diversos	**1,41%**
	46,88%
ACCIONISTAS ESTRANGEIROS:	
Eriksberg (Suécia)	**9,83%**
Kockums (Suécia)	**9,83%**
N.D.S.N. (Holanda)	**6,57%**
Rijn Shede Verolm (Holanda)	**6,57%**
Diversos	**0,07%**
	39,44%
Acções ao portador	13,68%
Total	100,00%

Os números falam por si: quase 40% são capitais estrangeiros (Suecos e holandeses), 47% são capitais nacionais (a posição do grupo CUF e família Mello está marcada com mais de 38%). A posição do Estado apenas se aproxima dos 4%.

No tocante a matérias-primas basicas ela continua dependente de mercados estrangeiros, como é o caso do aço (Inglaterra, França, Áustria e Alemanha Ocidental); chapas e tubos (Alemanha Ocidental, Itália e Espanha); Eléctrodos (Suécia); Válvulas (Holanda); Equipamento de movimentação (Dinamarca), etc.

Também nos aspectos de mercado, a Lisnave, é presentemente, muito vulnerável às influências do capitalismo internacional. Em 1974 foram docados para reparações 20 navios portugueses. Por seu turno entraram nas docas 134 navios estrangeiros (Grã-Bretanha, 36; Noruega, 31; Japão, 13; Estados Unidos, 12, etc).

Convém finalmente salientar que, empregando mais de 8000 trabalhadores, sem contar com os das sociedades empreiteiras que trabalham directamente para a Lisnave e realizando mais de 3 milhões de contos de vendas anuais (que são na quase totalidade divisas a entrar em Portugal), a Lisnave é uma das mais importantes empresas da economia nacional, que interessa manter numa situação de equilíbrio.

CONSELHOS DE FÁBRICA

«Durante vinte anos devemos impedir este cérebro de funcionar». É nestes termos que o procurador do Tribunal Especial, instaurado pelo regime fascista em Itália, reclamava a condenação de António Gramsci, vigoroso intérprete do movimento operário italiano depois de 1914 e até á sua morte nas cadeias fascistas de Mussolini em 1937, depois de largos anos de doença mal tratada na prisão.

É em Turim, capital industrial da Itália e local das grandes lutas operárias (insurreições armadas em 1915 e 1917 antimilitaristas, em que caíram mais de quinhentos operários mortos e mais de dois mil ficaram feridos) que Gramsci pela primeira vez expõe claramente o seu pensamento na actividade política-cultural à volta do semanário «L'Ordine Nuovo» (A Ordem Nova) que surgirá, por ele animado, como um elemento de apoio ao crescente desenvolvimento da ideia dos Cdonselhos Operários de Fábrica (1919-1920), e que rapidamente se tornará bastante popular entre os operários de Turim.

«Sim — dizia Gramsci — existe em Itália, em Turim, um embrião de governo operário, um embrião de Soviete — é a **comissão interna de fábrica**» Destas comissões sairá **o movimento dos conselhos de fábrica de Turim**, de que Gramsci aparece como principal teórico e organizador. «L'Ordine Nuovo» foi o órgão deste movimento, foi o seu grande impulsionador: «L'Ordine Nuovo» e conselhos de fábrica são sinónimos.

O primeiro número do semanário apareceu em Turim no 1.º de Maio de 1919, com Gramsci como chefe de redacção. O seu manifesto olhava os Conselhos de fábrica (oriundos das «comissões internas» eleitas, e desenvolvidos por meio de uma série de greves com ocupação de fábricas) como os «órgãos adaptados à futura gestão comunista da fábrica e da sociedade».

«L'Ordine Nuovo» tendia, com efeito, a ultrapassar os limites do sindicalismo tradicional com a valorização dos Conselhos de fábrica, órgãos de poder operário com atribuições mais vastas. Não era por completo hostil aos sindicatos, que via como «as vértrebras sólidas do grande corpo proletário». Mas criticava a decadência de um movimento sindical burocrático e reformista, considerando a incapacidade orgânica dos sindicatos para serem o instrumento de renovação radical da sociedade, para serem a base do poder proletário.

Em troca preconizava o modelo do Conselho de fábrica. Este era visto como o **órgão unificador da classe operária**, o único capaz de elevar os trabalhadores acima dos seus interesses particularistas, de unir os «inorganizados» e os «organizados». Graças a ele o operário descobria que a conquista da fábrica era uma perspectiva concreta, ao alcance da sua mão.

Gramsci caracterizava estes órgãos:

«Em todas as fábricas há um organismo constituído sobre a base da representação (e não sobre a antiga base do sistema burocrático sindical) **o qual vela pela força do proletariado, luta contra a ordem capitalística ou exerce o controle da produção, educando a classe operária para a luta revolucionária e pela criação do estado operário»**; «os comissários eleitos representam a união de todos os trabalhadores tal como se realiza nos organismos de produção, cujos conselhos e cujo sistema de conselhos representam o poder e a direcção social»; «A organização por fábrica dá à classe (a toda a classe) uma unidade homogénea e corerente que se liga de maneira flexível ao processo industrial de produção e o domina até se apoderar dele definitivamente. **Por consequência, é na organização pela fábrica que se encarna a ditadura proletária, o Estado comunista, que destrói a dominação de classe nas superestruturas políticas e nas suas engrenagens gerais**

Os conselhos são, assim, vistos como a prefiguração da sociedade socialista: **o conselho de fábrica é o modelo do Estado proletário Todos os problemas inerentes à organização do Estado proletário são inerentes à organização do Conselho»**

Quanto ao Partido da classe operária teria, nesta perspectiva, um papel de organizador das condições externas para acelerar o processo da revolução socialista, para a tomada do poder, sem nunca, entretanto, se afastar da base que lhe dá significação histórica: os Conselhos de fábrica, eixo fundamental da sociedade socialista

«Segundo a ideologia de «L'Ordine Nuovo» o partido, como por outro lado o sindicato, depende das formas tradicionais do regime competitivo burguês. Eles aceitam destas últimas os modos de representação e o funcionamento no plano parlamentar. **Os Conselhos operários são as únicas instituições específicas da classe operária** (Gramsci).

A greve geral política antifascista de Turim em Abril de 1920 é o culminar deste movimento, e « a primeira vez na história que o proletariado empreende a luta pelo controle da produção sem ter sido impelido para a acção nem pela fome nem pelo desemprego. Além disso não foi só uma minoria, uma vanguarda da classe trabalhadora que empreendeu a luta, mas sim a massa inteira dos trabalhadores de Turim, sem se preocupar com as privações nem com os sacrifícios, e permanecendo em pé de guerra até ao fim» (Gramsci, relatório enviado ao Comité Executivo da Internacional Comunista em Julho de 1920).

Em Setembro rebenta novo movimento revolucionário de ocupação de fábricas, antinacionalista, antimilitarista e antiimperialista, com criação de milícias armadas de autodefesa, movimento que colocava abertamente a questão do poder político não se fechando em reivindicações de carácter económico.

Estas lutas basearam-se, apoiaram-se e estruturaram-se nos Conselhos e nas comissões internas de fábrica. As suas palavras de ordem eram: **Todo o poder das fábricas aos comités de fábrica** e **todo o poder de Estado aos conselhos operários e camponeses**

Fundador do Partido Comunista Italiano em 1921 e adversário encarniçado do fascismo, Crasmsci é preso em 1926, sendo julgado e condenado a vinte anos de prisão em 1928, onde viria a morrer.

De António Gramsci (1891-1937) publicamos esta semana um artigo saído em «L'Ordine Nuovo» no período de 1919-20 sobre os Conselhos de fábrica e o Estado da classe operária.

ITÁLIA — 1919/20

A revolução proletária não é um movimento arbitrário de uma organização que se diz revolucionária nem de um sistema de organizações que se chamam a si mesmas revolucionárias. A revolução proletária é um larguíssimo processo histórico que se verifica quando surgem ou se desenvolvem determinadas forças produtivas (que nós resumimos na expressão «proletariado») num determinado ambiente histórico (que resumimos nas expressões: «modo de propriedade individual, modo de produção capitalista, sistema de fábrica, modo de organização da sociedade no Estado parlamentar democrático»).

Numa determinada fase desse processo, as novas forças produtivas já não podem continuar a desenvolver-se nem a sistematizar-se de maneira autónoma nos planos oficiais em que se desenvolve a convivência humana. Nesta fase determinada produz-se, pois, o facto revolucionário; facto que consiste num esforço directo para romper violantamente aqueles planos, para destruir toda a organização do poder económico e político em que eram opressivamente mantidas as forças produtivas revolucionárias; facto que consiste e assenta num esforço directo para quebrar e destruir a máquina de Estado burguês e para constituir um Estado de tipo novo em cujo seio as forças produtivas agora libertas encontrem a forma adequada para o seu ulterior desenvolvimento e expansão, assim como para se dotar da força suficiente para suprimir os seus adversários.

O processo real da revolução proletária não pode ser identificado com o desenvolvimento e acção das organizações de tipo voluntário e contratual tais como o partido político e os sindicatos profissionais; organizações estas, nascidas no campo da democracia burguesa, da liberdade política, como consolidação e desenvolvimento dessa mesma liberdade. Essas organizações, enquanto encarnação de uma doutrina que interpreta o processo revolucionário cujo desenvolvimento preveem (dentro de certos limites de probabilidade histórica), enquanto consideradas pelas amplas massas como reflexo seu e como a sua embrionária organização governativa, são na actualidade, e cada dia o serão mais, os agentes directos e responsáveis dos sucessivos movimentos de libertação que a classe trabalhadora inteira tratará de realizar no curso do processo revolucionário. Mas, no entanto, não encarnam esse processo, não superam ainda o Estado burguês, não abarcam e não podem abarcar todo o múltiplo agitar de forças revolucionárias que o capitalismo desencadeia no seu inexorável rumo como máquina de exploração e de opressão.

(...) As organizações revolucionárias (o partido político e o sindicato profissional) nasceram no campo da liberdade política, no campo da democracia burguesa, como afirmação e desenvolvimento da liberdade e da democracia em geral, portanto num terreno em que subsistem e prevalecem as relações **de cidadão a cidadão**. O processo revolucionário verifica-se no campo da produção, na fábrica, cujas relações são **de opressor a oprimido, de explorador a explorado**, onde não existe liberdade para o operário, nem tão pouco democracia. O processo revolucionário verifica-se onde o operário não é nada e quer ser tudo, onde o poder do proprietário é ilimitado, é um poder de vida e de morte sobre o operário, sobre a mulher do operário, sobre os filhos do operário.

AS NOVAS INSTITUIÇÕES DE BASE REPRESENTATIVAS

Quando é que dizemos que o processo histórico da Revolução operária (...) aflora por completo à superfície (emergindo da obscuridade da fábrica e da obscuridade da consciência das multidões que o capitalismo tem submetido às suas leis)?

Dizemo-lo quando **toda a classe operária se realiza como revolucionária**: já não no sentido de que esta se negue genericamente a colaborar com as instituições governamentais da burguesia, já não no sentido do que esta representa uma oposição no campo da democracia, mas sim no sentido de que **toda a classe operária, tal como aparece no seio de uma fábrica, inicia uma acção que deve necessariamente desembocar na fundação de um Estado operário**, que deve necessariamente conduzir a sociedade humana a configurar-se de forma absolutamente original, universal, que abarca toda a Internacional operária e, por fim, toda a Humanidade.

E dizemos que o período actual é revolucionário precisamente porque constatamos que a classe operária tende, em todas as nações e com t das as suas energias, a criar (...) a fazer surgir do seu seio, instituições de base representativas, estruturadas de acordo com um plano industrial; e a fundar, em suma, o seu próprio Estado.

É por isto que dizemos que **o nascimento dos Conselhos operários de fábrica traz em si um grande acontecimento histórico**, e supõe o início de uma nova era na história do género humano.

A AUTONOMIA E INICIATIVA OPERÁRIAS

Na fase liberal do processo histórico da burguesia, a célula elementar do Estado era constituída pelo poprietário, que na fábrica subjuga, em proveito próprio, a classe operária. Nesta fase o proprietário era ao mesmo tempo empresário, era industrial: o poder industrial, a fonte do poder industrial era a fábrica, e o operário não conseguia libertar a sua consciência da ideia da necessidade do proprietário, cuja pessoa se identificava com o industrial, com a do gestor responsável da produção e, por conseguinte, também do seu salário, do seu pão, do seu vestuário, da sua casa.

Na fase imperialista do processo histórico da burguesia, o poder industrial de toda a fábrica permanece fora desta e acha-se nas mãos de um «trust», de um monopólio, de um banco, da burocracia estatal. O poder industrial torna-se irresponsável e, logo, mais autocrático, mais implacável, mais arbitrário; mas o operário, liberto da sujeição ao «chefe», liberto do espírito servil de hierarquia, impelido também pelas novas condições gerais em que a sociedade se encontra, independentemente da nova fase histórica, e a compasso do desenvolvimento da situação que a classe operária vem ocupando no campo da produção, **o operário, repetimos, realiza consideráveis conquistas de autonomia e iniciativa**.

Na fábrica, a classe operária converte-se num determinado «instrumento de produção» dentro de uma determinada constituição orgânica; todo o operário entra «casualmente» a formar parte deste corpo constituído: casualmente no que respeita à sua vontade, mas não casualmente no que se refere às finalidades do seu trabalho, posto que ele assenta numa determinada necessidade do processo de produção **e só por isso é contratado, só por isso pode ganhar o seu pão**; o operário é, assim, uma engrenagem na máquina-divisão do trabalho, da classe operária assim determinada como instrumento de produção.

Se o operário adquire uma consciência clara desta sua «necessidade determinada» e a coloca na base de um organismo representativo de tipo (...) não voluntário, contratual, mas sim absoluto, orgânico, inerente a uma realidade que é necessário reconhecer se se quer ter assegurado o pão, o vestuário, o tecto: a produção industrial; se o operário, se a classe operária faz isso, pode dizer-se que realiza uma coisa grandiosa, que inicia uma nova história, que inicia a era dos Estados operários, Estados que deverão desembocar na formação da sociedade comunista, do mundo organizado sobre a base, (...) em que todo o povo, toda a parte da Humanidade adquire personalidade e rosto enquanto realiza uma determinada e proeminente tarefa de produção, e não porquanto está organizada em forma de Estado e possui determinadas fronteiras.

A ERA DOS ESTADOS OPERÁRIOS

Uma vez construído esse organismo representativo, a classe operária realiza na realidade a expropriação da máquina primeira, do instrumento de produção mais importante: **a própria classe operária, que assim se encontrou a si mesma, que adquiriu consciência da sua unidade orgânica e que unitariamente se contrapõe ao capitalismo**. A classe operária confirma por este modo que o poder industrial, que a fonte do poder industrial deve voltar à fàbrica, coloca novamente a fábrica — do ponto de vista operário — como a forma **onde a classe operária se constituiu em corpo orgânico determinado, como célula de um Estado de tipo novo, o Estado operário, como base de um sistema representativo: o sistema dos conselhos.** O Estado operário, posto que nasce de acordo com uma configuração produtiva, cria já as condições do novo desenvolvimento: a **sua dissolução como Estado,** a sua incorporação organica a um sistema mundial (...)

(...) Em tal sentido, o Conselho operário de fábrica é a primeira célula de um processo histórico que deve culminar na Internacional comunista, não já como organização política do proletariado revolucionário, mas sim como reorganização da economia mundial e como reorganização de toda a convivência humana, tanto nacional como internacional. Toda a acção revolucionária actual tem um valor, é historicamente real porquanto adira a tal processo, porquanto está concebida para ser, e é, um acto de libertação deste processo das superestruturas que o constrangem e estorvam.

O PARTIDO E OS SINDICATOS

As relações que devem existir entre o partido político e o Conselho de fábrica, entre o sindicato e este mesmo Conselho nascem implicitamente desta explicação: **nem o partido nem o sindicato devem ser colocados como tutores ou como super-estruturas já constituídas desta nova instituição**, em que vai tomar forma histórica controlável o processo histórico da revolução; devem, sim, ser instalados e assentar como agentes conscientes da sua libertação pelas forças de pressão que se concentrem no Estado burguês, devem propor-se organizar as condições externas gerais (políticas) em que o processo da revolução adquira a sua máxima celeridade, em que as forças produtivas libertas encontrem a máxima expansão.

"O partido da classe operária tem um papel de organizador das condições externas para acelerar o processo da revolução socialista, para a tomada do poder, sem nunca, entretanto, se afastar da base que lhe dá significação histórica: os conselhos de fábrica, eixo fundamental da sociedade socialista"

SETE DIAS

Não é com "falinhas mansas" que se derrota o imperialismo

1. Dois factos encheram esta «semana política» — a ida e chegada do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves da Cimeira da N.A.T.O. e a «tão esperada» abertura da Assembleia Constituinte.

Eles foram dominados pelo mesmo chavão — «a consolidação de democracia em Portugal» ao nível externo e interno. Será assim?

2. Em entrevista, o Primeiro-Ministro disse que motivámos uma verdadeira «solidariedade atlântica», que «a nossa abertura política foi importante contribuição para o desanuviamento internacional»! Nós perguntamos: que desanuviamento? que solidariedade?, com quem? **Será com** falinhas mansas **que se derrota a reacção, neste caso a reacção internacional — o imperialismo?**

Não! A história da luta dos trabalhadores de todo o mundo aí está para provar o contrário. Mas não só!, os avanços do próprio processo revolucionário no nosso País o confirmam também! O 25 de Abril não se fez à mesa de conferências com os fascistas — fez-se com a luta centenária dos povos colonizados e dos trabalhadores portugueses, e com o M. F. A. de armas na mão!

Não! Não foi nas conversas de salão que no 28 de Setembro, no 11 de Março, nas nacionalizações, se derrotou a burguesia, interessada que estava em reconverter o 25 de Abril para os seus interesses de classe exploradora — foi nas barricadas, nas lutas que se desencadearam, exigindo um ataque directo ao capital!

Não! As medidas que se tornam urgentes para o claro avanço no sentido do socialismo — uma fusão revolucionária do M. F. A. com o movimento popular de massas, a construção do exército popular, a ultrapassagem das instituições burguesas — não serão possíveis sem se pôr directamente em causa as manobras e interesses da burguesia.

E num momento em que as multinacionais dominam o mundo capitalista, em que os capitais estrangeiros se fundem com os «nacionais», a burguesia é a mesma quer se chame Kissinger ou Spínola, Ford ou Melo. É porque quem está na N. A. T. O. são as representações de países capitalistas, porque a N. A. T. O. é um braço dessa burguesia internacional, que tem a missão clara da defesa armada dos seus interesses (que apoiou com material o terrorismo colonialista), aquela **«solidariedade atlântica com o processo português»** só poderá existir enquanto estas forças ainda tiverem esperanças de verem consolidar em Portugal um autoritarismo capitalista, enquanto continuarmos a «alugar» bocados do nosso país para as suas bases militares, enquanto não atacarmos decididamente o capital estrangeiro! Porque quando o fizermos, aquela «solidariedade» que hoje se traduz já por um apoio semi-escondido às forças burguesas, passará a manifestar-se por um apoio declarado às forças contra-revolucionárias!

A N. A. T. O. representa um perigo para o processo revolucionário em Portugal! para o socialismo!

Como vem claramente expresso no nosso programa:

> «Em Portugal, portanto, lutar por objectivos anti-imperialistas é também lutar por objectivos anticapitalistas, pois, na situação actual, isso implica claramente atacar o próprio poder da burguesia nacional e uma perspectiva socialista.
>
> Assim, o M. E. S. entende como um dos seus aspectos mais importantes de actuação a mobilização popular no combate ao imperialismo e às várias facetas que utiliza:
>
> Contra a presença de Portugal na N. A. T. O. e contra a presença da N. A. T. O. em Portugal.
>
> Pela efectivação de campanhas contra a existência de bases militares estrangeiras em Portugal.
>
> Pela vigilância popular em relação à acção da C. I. A. em Portugal.
>
> Pela exigência da nacionalização do comércio externo e pelo propagandear da perspectiva de diversificação de mercados e fornecedores.»

Mas isto não seria cair num isolamento internacional? Não! Não recusamos a existência de uma frente diplomática de luta. O que recusamos é que isso se faça à custa da nossa independência nacional, com a participação em pactos imperialistas, com todos os perigos evidentes para os avanços no processo revolucionário!

Lutar pela saída de Portugal da N. A. T. O. e da NATO de Portugal é pois uma tarefa de todos os que aqui lutam pelo socialismo! **Não para colocar os trabalhadores portugueses sob a dominação de outro pacto, de outro bloco, de novas formas de exploração,** mas para rebentar definitivamente com as cadeias da opressão!

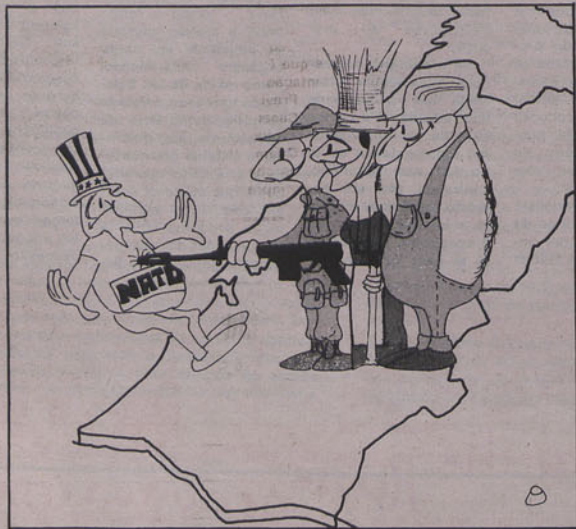
Socialismo é o controlo dos trabalhadores sobre as suas formas de vida a todos os níveis! **Defender a saída de Portugal do bloco americano, para objectivamente defender a sua integração** (económica, política, cultural) **no bloco soviético, não é ser socialista!**

Mas não distinguir o inimigo principal do inimigo secundário, não perceber que o perigo está aqui à porta, está cá dentro, que é o imperialismo americano, não saber caracterizar o revisionismo, gritando «nem Kissinger nem Brezhnev», **é ser-se contra-revolucionário!**

A todas as formas de dependência e dominação, os revolucionários opõem o **internacionalismo proletário!** De facto:

> A sociedade comunista não é edificável num só país, antes pressupõe o esforço concertado dos trabalhadores de todo o mundo, através de uma real e actuante solidariedade, ou seja, de um verdadeiro internacionalismo proletário, que aliás deve ser uma constante da luta do proletariado pela sua emancipação nas anteriores fases do processo histórico.
>
> A Revolução Socialista pode ser iniciada e prosseguida num só país, mas só culminará na sociedade comunista a nível mundial. Daí a necessidade e a importância históricas do internacionalismo proletário.
>
> O internacionalismo proletário não é uma mera afirmação moral da solidariedade de classe, mas uma necessidade histórica na luta do proletariado até à sua emancipação completa.

3. Relativamente ao 2.º facto, a posição do M. E. S. é perfeitamente clara desde o seu Congresso — **a Constituinte é parte integrante do aparelho de Estado burguês, formada a partir de eleições burguesas, composta por uma maioria esmagadora da direita.** Felizmente que outras forças **particularmente um largo sector do M. F. A.,** o vão também compreendendo e percebendo que a sua consolidação como «fundamental órgão político deste País» seria a causa/efeito da consolidação dum capitalismo autoritário (provavelmente de fachada socialista), seria um claro recuo em todo este processo.

Avançar decididamente para o socialismo passa, neste momento, pela ultrapassagem das instituições burguesas, passa pela criação do poder operário, passa, neste caso concreto, pela ultrapassagem da Assembleia Constituinte burguesa através da coordenação dos órgãos de poder popular, então fundidos com o M. F. A., expressão única e viva da vontade popular!

Esquerda Socialista
jornal semanal — todas as 4.ªs-feiras
Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista
Administração - Redacção Av. D. Carlos I - 128, Lisboa telefone 66 26 83
Composição e impressão Renascença Gráfica SARL Rua Luz Soriano, 44 Lisboa

Comissão de Extinção Funciona ou não?

A Comissão de Extinção da PIDE e LP voltou nos últimos dias ao domínio da grande Imprensa, desta vez na sequencia da demissão de alguns oficiais que prestavam serviço no Reduto-Sul de Caxias e na investigação, demissão decidida pelo primeiro-tenente Judas do Conselho da Revolução que tomara conta da respectiva chefia alguns dias antes.

Na base de tal acontecimento encontra-se a utilização e controlo minuciosos dos ficheiros e arquivos da ex-PIDE e LP.

Até ao 28 de Setembro os problemas levantados à volta da Comissão focavam, sobretudo, aspectos ligados ao desmantelamento das organizações fascistas, como denúncia das suas actividades, algumas delas pouco conhecidas, como o sistema de ligação às empresas, as quais possuíam serviços privados de investigação e informação assistidos pela PIDE através de um pagamento mensal.

A partir daquela data, a **Comissão começou a ser posta em causa, por não conseguir satisfazer os imensos pedidos das comissões de saneamento interministeriais e das empresas**, nem confirmar as suspeitas por parte dos trabalhadores de muitos indivíduos que no seu entender colaboraram abertamente com o fascismo. Da sua actividade transparecia mais a preocupação de detectar o «pequeno» e «médio» informador, alimentando as páginas dos jornais com a descrição das suas actividades, do que a de por a nu as responsabilidades e actuações dos grandes dirigentes e caciques colocados em altos postos nas empresas ou na administração. **O saneamento da maior parte destes indivíduos até ao momento deve-se quase exclusivamente à iniciativa e acção decidida dos trabalhadores.** A Comissão demonstrava assim uma incapacidade para responder a uma tarefa fundamental do processo iniciado em 25 de Abril.

Sobre outra das suas actividades fundamentais — o julgamento e incriminação de todos os pides, bufos e informadores — nada tem vindo a lume sobre o critério que os deve julgar, pois até ao momento não se conhece qualquer legislação revolucionária que lhes seja destinada. O Povo Português não pode permitir que tais indivíduos sejam julgados à porta fechada e libertados a seguir por falta de provas, mas sim através da constituição de **verdadeiros tribunais revolucionários.**

«NOVAS POLÍCIAS POLÍTICAS»

É pouco antes do 11 de Março, num ambiente

de perfeita histeria anti-comunista, que a Comissão é mais duramente posta em cheque na sequencia de nova alteração de comandos e demissão de dois civis responsáveis pelos serviços na sede da R. António Maria Cardoso.

Os civis demitidos acusam então a Comissão de estar a preparar a criação de uma nova polícia política e de permitir a sonegação de documentos pelos civis afectos ao PCP que lá trabalham em funções de grande responsabilidade. É utilizado como prova destes factos, e com sua defesa própria, uma proposta aprovada pelos militares e civis que trabalham na Comissão e cujo conteúdo apontava para o **perigo da criação dessa nova polícia.** Se é importante a denúncia publicada de tais ilegalidades **o que é estranho é que isso só tenha vindo a lume depois de terem sido demitidos**, quando já prestavam serviço na Comissão há longos meses. O roubo de documentos assim como a utilização dos ficheiros é um **crime contra o Povo Portugues** pois aí se incriminam indivíduos que colaboraram com a PIDE e estes dão a conhecer as actividades de valorosos antifascistas para fins que els próprios desconhecem. **Isto não deve ser silenciado, cabendo às organizações politicas verdadeiramente revolucionárias exigir o esclarecimento deste assunto, impedir a criação de novas polícias políticas a partir dos antigos ficheiros e exigir, acima de tudo, a destruição imediata destes.** A situação política portuguesa com a burguesia ainda não totalmente derrotada, numa inversão do processo revolucionário teria nas suas mãos o instrumento mais importante para reprimir os verdadeiros trabalhadores de vanguarda. Lembremo-nos o que aconteceu em Angola com as estruturas fascistas (PIDE e OPVDC) ao serviço dos movimentos fantoches FNLA e UNITA.

A questão resume-se à luta pelo controlo dos ficheiros e arquivos. Na medida em que estes possuem informações sobre indivíduos fascistas que a PIDE também controlava, como os que se dedicavam ao contrabando de armas, é fácil justificar a sua utilização. **O que pode acontecer é que com tais argumentos eles sejam utilizados para outros fins.** Na proposta que fora aprovada pelos civis e militares, e que os jornais divulgaram, uma das exigencias era a da **retirada de Caxias da «Comissão ad-hoc para o 28 de Setembro»** o que certamente está ligado a toda esta questão.

A demissão dos oficiais de Caxias veio alertar o povo para um problema de candente importancia. A Comissão de Extinção tem sobre si graves responsabilidades. **Se a sua falta de autonomia política e o controle e lutas partidárias que lá existem é um obstáculo a que cumpra revolucionariamente os seus fins, esse alerta torna-se ainda mais importante.**

Na medida em que de facto esta Comissão parece ter nas suas mãos material capaz de comprometer muita gente, ela está sujeita às alterações da situação política gerando pressões de toda a ordem sobre quem lá trabalha e provocando correspondentes alterações dos respectivos comandos. **Lembremo-nos que pela sua chefia máxima passou o general Galvão de Melo ligado ao partido fascista CDS.**

Os militares que lá prestam serviço devem recusar-se a colaborar em actividades que se desviem dos fins afirmados e denunciá-los a todo o momento e não apenas de tempos a tempos quando algum deles é demitido. Devem ainda opor-se a uma extinção e uma instrução de processos perfeitamente burocrática, própria de tribunais civis como começa a ser voz corrente, o que leva a crer que o julgamento revolucionário de toda a casta de pides e bufos não está a ser devidamente encarada.

Devem ainda exigir uma clara definição de objectivos capazes de levar a bom termo os fins por que foi criada.

fogo à vontade

HOJE HÁ ROBERTOS

Holden Roberto, presidente da F. N. L. A., é mais uma voz histérica a denunciar o processo revolucionário portugues junto da social-democracia europeia.

Agora em Paris, Roberto disse: «Lanço um grito de alarme para desmascarar as manobras criminosas de Lisboa, que utilizam o M. P. L. A.» (...)

«No dia em que Portugal cessar a sua tutela sobre Angola, Neto desaparecerá.»

Se Lisboa cometeu algum crime, esse foi o de ter reconhecido Roberto e o seu movimento imperial, com sede física e ideológica no Zaire mobutuniano.

Quanto aos seus desejos de eliminação pela força do M. P. L. A. já eram conhecidos, mas estas declarações ficam a constituir mais um aviso sério a todos os indecisos, a todos os «inocentes».

Mas saiba Roberto, que mais tarde ou mais cedo, o Povo angolano saberá julgar o outro Neto (o Vaal), o Johny e todos os robertos e fantoches da sua terra.

VIRA O DISCO... E TOCA O MESMO...

Outra voz «independente» em litígio com 'trabalhadores. Desta vez trata-se do produtor radiofónico **Armando Marques Ferreira** e dos seus ataques à luta dos trabalhadores da Rádio Renascença.

Quem não se lembra desta gloriosa voz (quando a publicidade e o nacional-cançonetismo a deixaram ouvir)? Quem não se lembra do reaccionarismo conivente com que poluiu os aparelhos durante tantos anos?

Mas A. M. F. vem agora dizer-nos que é um democrata, embora de direita. E fá-lo assim: «Numa democracia autentica, uma pessoa pode ser de direita ou de esquerda. Só cá nesta democracia do burgo da ponta da Europa é que ser na direita é ser fascista ou reaccionário. Só cá, nesta democracia de trazer por casa.»

A. M. F. anda descontente, o que não admira; acabaram-lhe com o fascismo, sistema ideal para os «democratas» de direita.

A DEMOCRACIA BURGUESA SUBSISTIRÁ?

Abriu a Assembleia Constituinte por sinal em ambiente agitado

O deputado Américo Duarte, da UDP, começou por pedir a expulsão dos deputados CDS, mais os que (do PPD e PS) já ali se sentaram em representação da marcelista ANP

Prevê-se uma legislação divertida

Casar burguesismos democráticos com dinâmicas revolucionárias é garantia de originais abortos

Quem mete no mesmo saco o coelho e as couves chega normalmente a casa sem uma parte das compras

Redacção: R. Rodrigues Sampaio, 79 r/c Lisboa (T. 535438)

O capitalismo estrangeiro pretende manter em Portugal a SUA "ordem"...

Face ao desafio do avanço das lutas das massas trabalhadoras, o capitalismo internacional mostra uma forte obsessão: restabelecer, custe o que custar, e o mais depressa possível a chamada «ordem» e a normalidade capitalista em Portugal.

Assim, temos vindo a assistir a que estrategas da N.A.T.O. e chefes de Estado de países chamados democráticos, representantes de partidos de direita e sociais democratas europeus e norte-americanos, banqueiros e homens de negócios, jornalistas vendidos ao capitalismo, agentes dos vários serviços de informação do chamado mundo livre e toda a família de nazistas e terroristas fascistas europeus, cada um joga o seu papel neste vasto plano de agressão contra o Portugal revolucionário. Trata-se, antes de mais, de impedir o desenvolvimento das lutas populares do nosso país, tentando dividi-las, tentando impedir a sua coordenação a fim de preparar uma ofensiva que visa liquidar ou neutralizar a vanguarda de classe das massas trabalhadoras portuguesas.

Esta táctica (usada no Brasil em 64 e no Chile de Allende) é hoje conhecida pelo nome de **desestabilização.**

Em Portugal, visa agravar a crise económica e as tensões sociais e políticas, desacreditando a vanguarda revolucionária, dividir as Forças Armadas, e isolar e tentar impedir uma ligação às formas organizadas de poder popular.

Esta ofensiva desenvolver-se-á em quatro planos fundamentais:

1. **Isolar politicamente o regime portugues** através de pressões exercidas pelos Governos ocidentais; pressões da Democracia Cristã e da direita europeia; fracções da social democracia europeia.

2. **Tentativa de sabotar a economia portuguesa.**

3. **Desenvolver uma ofensiva contra os chamados pontos fracos,** como sejam as questões de Angola e dos Açores. No primeiro caso tentando o isolamento do M.P.L.A. e as divisões das massas populares; no caso dos Açores, tem-se vindo a assistir, após as eleições e a vitória esmagadora do P.P.D., a um crescimento das actividades dos movimentos emancipalistas (M.A.P.A., F.L.A.).

4. **Reorganizar a direita portuguesa.** Neste ponto temos muitas críticas a fazer ao **Ministério dos Negócios Estrangeiros**, desde o 25 de Abril do ano passado. Este Ministério, que tem estado essencialmente nas mãos do P.S., **não fez um saneamento efectivo nas embaixadas; tem abandonado praticamente os nossos emigrantes na Europa e na América;** não tem procedido a uma clara e activa contra-informação através das nossas embaixadas e consulados no que respeita às calúnias e distorções que se tem feito na Imprensa estrangeira, elucidando a opinião pública e os nossos emigrantes.

O enfeudamento a um projecto social democrata pelos responsáveis deste Ministério, faz com que acentuemos as apreensões e consideremos que, dada a importancia que o nosso país tem na correlação de forças a nível internacional, precisamos de uma equipa de homens no Ministério dos Negócios Estrangeiros que não pode estar ao serviço daqueles que são inimigos do nosso processo revolucionário, como seja a social democracia europeia.

Numa nova correlação de forças neste país, este Ministério tem de ter como responsáveis homens charamente de esquerda, progressistas e ao serviço da revolução.

O P.S. representa aqui em Portugal o que a Democracia Cristã representou no Chile no tempo de Allende ao nível das relações internacionais, de esclarecimento sobre a situação do Governo de Unidade Popular.

M.A.P.U.

6 anos de luta revolucionária no Chile

Nascido na luta revolucionária em 69, sob a direcção de Rodrigo Ambrosio, o M.A.P.U. tem estado presente, desde então, em todas as grandes batalhas das massas chilenas contra a burguesia e o imperialismo.

Participa na construção da UNIDADE POPULAR, procurando utilizar a batalha eleitoral na prespectiva da luta pelo poder e o Socialismo, impulsionando a transformação das «Comissões de Unidade Popular» em órgãos de poder popular, **tal como frisa o seu Programa Básico, a fim de criar um grande poder de massas, única base de apoio sólido para a acção revolucionária do futuro Governo.**

Aumento das expropriações, aprofundamento decidido da participação dos trabalhadores, política económica popular, são as bandeiras que o M.A.P.U. agita durante os anos de 71 e início de 72, lutando contra os perigos burocráticos e defensivos do reformismo.

Rodriguo Ambrósio, o grande companheiro e dirigente morre em campanha no mês de Maio, deixando vivo o seu exemplo.

Em Dezembro de 72, realiza-se o II Congresso Nacional, que define uma linha e uma estratégia proletárias e de massas, elege uma nova direcção encabeçada por Óscar Garreton.

São dois os pilares da linha revolucionária aprovada:

1. **O Socialismo é um poder de massas.** Uma autêntica **linha de massas** nas condições do Governo Popular, implica «colocar... como tarefa central... **transferir** para as massas **o poder de decisão real** sobre os meios de produção e sobre o conjunto da economia e da vida do país», e particularmente conquistar para elas o domínio sobre essas alavancas de decisão para que sejam elas a resolver os problemas fundamentais da sua existência quotidiana. Implica, noutros termos, **utilizar e instrumentalizar o Governo e a força da U.P. em função da «destruição do velho aparelho estatal e da construção do novo PODER POPULAR, nascido das massas e da sua órganização».Este Poder Popular coloca-se de forma indepete e antagónica face ao estado burguês e a sua construção é a tarefa central da classe operária e do povo**

2. **A construção do partido do proletariado da revolução chilena é uma tarefa urgente do nosso povo** Este partido não existe ainda e a sua inexistência é a consequência do desenvolvimento ainda insuficiente em consciência e organização da classe operária e a causa principal do «aparecimento de desvios direitistas», e de «desvios de esquerda» na condução do processo revolucionário. Daí que «nas actuais condições históricas do Chile, uma das tarefas centrais do proletariado seja a construção do Partido Revolucionário». Consequentemente «o M.A.P.U. pretende contribuir de forma fundamental para a construção deste partido», o qual não pode entender-se à margem dos partidos operários e no contexto de um profundo processo de «luta ideológica no seio do povo, do proletariado, da Unidade Popular e dos partidos operários».

Depois do golpe terrorista-fascista de Pinochet, o M.A.P.U., como todos os partidos populares, foi duramente atingido, mas, organiza-se hoje clandestinamente, desenvolvendo um intenso trabalho político de massas, para construir um amplo movimento de resistência popular.

Hoje, no 6º aniversário do MAPU, o MES presta homenagem a Rodrigo Ambrosio e a todos os que caíram heroicamente na luta revolucionária; a Miguel Woodward sacerdote revolucionário do MAPU em Valparaíso; a Oscar Vega, dirigente camponês do Norte membro do Comité Central; a Juan Dias Fontes, professor e membro do Comité Central, símbolo de um verdadeiro espírito de luta, exige a libertação imediata de Hernan Pacheco, Leopoldo Luna, Hernesto Galaz e todos os outros camaradas chilenos encarcerados, perseguidos, torturados; e saúda militantemente o MAPU e todos aqueles que no Chile continuam a luta contra a ditadura assassina de Pinochet

ABAIXO A DITADURA FASCISTA DE PINOCHET! SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA COM A LUTA DOS TRABALHADORES CHILENOS!

solidariedade com o povo brasileiro

Face à onda de violência desencadeada pela ditadura brasileira foi criado um Comité pró-amnistia no Brasil, para congregar os esforços de todos os que lutam pela libertação dos presos políticos brasileiros.

Lê-se no texto de lançamento da iniciativa:

«Há exactamente trinta anos, um dos primeiros actos da jovem democracia brasileira de então foi empenhar a sua solidariedade aos democratas portugueses.

Hoje, ao termo de um longo pesadelo, quando a jovem democracia portuguesa se consolida, não podemos fechar os olhos ao terror policial que, desconhecendo os mais elementares Direitos do Homem, impera no Brasil, desde 1964.

As liberdades de opinião, de reunião e de associação são sistematicamente violadas no Brasil.

Ainda recentemente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil voltou a denunciar o tratamento iniquo do homem e da mulher brasileiros, sobretudo das camadas menos favorecidas, em desrespeito frontal da Carta das Nações Unidas.

Pelas prisões do norte ao sul do Brasil, são já dezenas de milhares os que passaram incluindo alguns portugueses e muitos filhos de imigrantes portugueses».

Entre os presos políticos encontram-se dois portugueses: Alípio Cristiano de Freitas e José Duarte.

LAMEGO

contra as manobras reaccionárias!

No dia 22 de Maio, quinta-feira, realizou o núcleo do M.E.S. de Lamego uma reunião na Barragem de Bagaúste. Dada a gravidade dos acontecimentos que antecederam a reunião e dos que se estão agora a desenrolar, entende o M.E.S. fazer a sua denúncia pública:

1 — Na quarta-feira, dia 21, foi pedida a autorização para a decência da sala do Clube da C.P.E. ao chefe do estaleiro, não tendo este posto qualquer entrave, depois de contactar com os serviços do Porto.

2 — Foi entretanto lido na Rádio Alto Douro um comunicado a anunciar a sessão.

3 — A direcção do clube, decidiu por maioria não ceder a sala para a realização da reunião, alegando o facto de não desejarem abrir precedentes, (precedentes estes que já estavam abertos, pois o P.C.P. já lá havia realizado uma sessão).

Dado que as razões expostas não eram convincentes decidiu o M.E.S. avançar para a realização da sessão, apoiado por cerca de 60 trabalhadores devidamente informados dos antecedentes da reunião. A reunião decorreu na maior ordem tendo-se travado um diálogo vivo e frutuoso com os trabalhadores da barragem presentes.

Posteriormente chegaram ao nosso conhecimento alguns factos que, pela sua gravidade, necessitam de ser desmascarados publicamente:

1 — Um reduzido grupo de pessoas esperavam no percurso para Lamego e a curta distância da barragem, armados com paus, a passagem dos elementos do M.E.S., com óbvia intenção de agressão. Tal só não se verificou, porque à vinda para Lamego o carro onde se deslocavam os representantes do M.E.S. não passou por esse local. No entanto, e possivelmente devido à confusão, um carro da empresa que transportava um telefonista para a Régua, ao passar por o local, cerca das 23.10, foi alvo de uma tentativa de agressão das referidas pessoas e da qual conseguiu escapar.

2 — O camarada Magalhães, do núcleo do M.E.S. da barragem, foi pessoalmente ameaçado ser despedido por um elemento da direcção do clube, Américo Santos, tendo em conta uma possível infracção dos estatutos cometida pelo nosso camarada.

Estes dois factos apontados, e dado a sua extrema gravidade, vêm mais uma vez por a claro todo o género de boicotes que os revolucionários encontram no desenvolvimento das suas actividades. Boicotes esses que as forças da direita capitalista, sociais democratas — P.P.D. e P.S. — têm levado à prática através da agressão física, assaltos às nossas sedes, desvios de informação e documentação interna, etc.

Compete aos trabalhadores da C.P.E. respnder de foma revolucionária, quer investigando, descobrindo, denunciando quem foram os autores deste atentado terrorista, quer unindo-se à volta do seu camarada de trabalho, agora ameaçado de despedimento e impedindo através da sua união que a ameaça se cumpra.

Contra as manobras dos reaccionários que ainda se acoitam na empresa, têm os trabalhadores obrigação de contrapôr a sua vontade e fazê-la cumprir através da força que representa a sua união.

Núcleo de Lamego do Movimento de Esquerda Socialista — M.E.S.

Liceu de Faro

Provocações

1 — Elementos do M. R. P. P. desencadearam ontem, dia 21, uma série de acções provocatórias dirigidas a membros da direcção da Associação de Estudantes, a simpatizantes da LUAR e a simpatizantes do M. E. S., acções provocatórias que vem na sequencia de outras que já há longo tempo tem vindo a ser dirigidas ao Conselho Directivo e à direcção da Associação.

2 — Essas acções culminaram com a agressão física a membros da direcção da Associação por elementos afectos ao M. R. P. P.

3 — Com estas manobras que temos forçosamente que relacionar com os factos ocorridos no fim-de-semana passado no RALIS em Lisboa e de toda a agitação a partir daí originada, o M. R. P. P. visa claramente a criação de um clima de instabilidade propício à divisão dos estudantes e que conduz a um afastamento destes dos problemas concretos do momento e os desliga das lutas das massas trabalhadoras, colocando-os na cauda do processo revolucionário.

5 — Este clima de instabilidade e de divisão entre os estudantes será inevitavelmente aproveitado pelas forças social-democratas e contra-revolucionárias por um lado, e pelas forças reformistas por outro.

A célula estudantil do Movimento de Esquerda Socialista do Liceu Nacional de Faro considera necessário de todos os estudantes verdadeiramente revolucionários uma tomada de posição que conduza ao fim destas manobras que não visam senão dividi-los e desligá-los dos problemas do momento.

A Célula do Liceu Nacional de Faro do Movimento de Esquerda Socialista (M.E.S.)

SECRETARIADO DA C.P.N.

Sobre a "manifestação de apoio ao MFA"

O M. E. S. considera que no momento politico actual é prioritário dar atenção e aplicar as energias na organização apartidária de massas que possa ser o suporte, ao nível popular, do processo de fusão do M. F. A. com o Movimento Popular de Massas.

Assim, **a efectivação de manifestações de apoio ao M. F. A. que não apontem claramente as soluções politicas** para que a actual crise seja superada de forma revolucionária, **que se destinem a propagandear palavras de ordem sem conteúdo preciso**, acabando por levar a que se sobreponham aos interesses das massas os interesses partidários do controlo do processo revolucionário, **não contam com o empenhamento do M.E.S.**

Num momento em que as massas populares continuam a não estar organizadas em estruturas que garantam o exercício do seu poder, num momento em que a vanguarda revolucionária permanece dividida e desorganizada, a reacção capitalista interna e externa espera poder utilizar as crises políticas, que vai provocando para, no quadro de uma situação de crise económica grave, tentar lançar trabalhadores contra trabalhadores, militares contra militares, minando a construção da unidade revolucionária das massas trabalhadoras com os soldados, marinheiros e oficiais revolucionários.

Numa situação com estas características é mais que nunca necessário reforçar a organização popular e orientar para essa tarefa todas as energias dos revolucionários.

Não deixamos nem deixaremos de apoiar todas as medidas concretas que o M.F.A. impulsione, que abram o terreno sem ambiguidades para a construção do poder popular e para a resolução da crise económica em favor dos trabalhadores.

Mas todas as medidas, inclusive as promoções dos oficiais mais firmes no avanço do processo revolucionário, não encontrarão o necessário apoio popular, se não forem explicadas politicamente aos trabalhadores, e se não apontarem para o avanço da organização apartidária das massas.

O M.E.S. saúda todos os revolucionários, civis e militares, que avançam decididamente no caminho correcto da construção da organização popular, afirmando a necessidade da elaboração de um **programa politico de unidade revolucionária** que, contando com o apoio e defesa dos oficiais revolucionários e progressistas do M. F. A., tenha também o comprometimento das forças partidárias que lutam pelo socialismo em Portugal e o seu empenhamento unitário.

Tal programa deverá concretizar claramente os objectivos do socialismo a atingir, entendido como **poder dos trabalhadores** a todos os níveis de sociedade e de **independencia nacional, caracterizada pela recusa de alinhamento politico, económico e militar, com qualquer bloco.**

Lisboa, 28 de Maio de 1975.

Secretariado da Comissão Politica Nacional do M.E.S.

COVILHÃ

militante atingido a tiro

Na madrugada do dia 28 de Maio foi alvejado no decorrer de uma operação STOP conduzida por forças militares, perto da Covilhã, um militante do núcleo do Movimento de Esquerda Socialista da Covilhã, o nosso camarada Guilhermino Lelo.

As circunstancias em que este incidente ocorreu e **de que temos conhecimento** (pelas informações prestadas pelo acompanhante na viatura do nosso camarada, também militante do nosso Movimento) são as seguintes, contrariando o que veio publicado no «Diário Popular»:

a) O nosso camarada parou a viatura que conduzia cerca de 20 metros à frente dabarreira.

b) Os tiros que o alvejaram foram disparados sem qualquer espécie de aviso.

c) Não foi prestada assistencia ao nosso camarada ferido pelas forças que integravam a operação STOP.

d) O nosso camarada foi conduzido para receber os primeiros tratamentos à Covilhã por pessoas que viviam no local em que o acidente se processou e delé se aperceberam.

e) Em consequencia deste incidente o nosso camarada tem estado em perigo de vida, correndo o risco de ficar paralisado.

Perante estas circunstancias, o Secretariado da Comissão Politica Nacional do M.E.S. exige que seja aberto pelas autoridades competentes **um rigoroso inquérito** para comleto apuramento de responsabilidades e circunstancias que motivaram o grave frimento no camarada Guilhermino Lelo.

O Secretariado da Comissão Politica Nacional do M.E.S. manifesta desde já a sua extrema apreensão pelo facto deste incidente que atingiu um militante revolucionário vir na sequencia de actuações em que se continua a verificar uma alarmante complacencia perante aqueles que efectivamente estão pondo diariamente em perigo o processo revolucionário portugues.

Esta posição do M.E.S. pretende contribuir para o cada vez mais necessário reforço da vigilancia sobre as actividades contrarevolucionárias, por que sempre nos batemos, mas que não pode ser levada por diante exclusivamente pelas forças militares, não se pode revestir de arbitrariedades, antes tem de ser tarefa comum dos trabalhadores dos soldados, dos marinheiros e dos revolucionários portugueses.

Lisboa, 30 de Maio de 1975

O Secretariado da Comissão Politica Nacional do M.E.S.

PELO EXÉRCITO POPULAR!

O MFA tem de se ligar aos orgãos de Poder Popular existentes e não a orgãos que não existam ou que mais não sejam que o velho aparelho de Estado

Se a luta pelo socialismo e contra todas as formas de exploração capitalista está na ordem do dia, a revolução socialista, ao contrário do que é afirmado a todo o momento, está ainda por fazer É extremamente importante que não nos deixemos envolver e dominar pelos discursos inflamados e pelos artigos dos jornais que nos fazem crer nessa ideia retirando todo o conteúdo que têm tais palavras.

Também alguns oficiais do M.F.A. têm afirmado algumas vezes com a sinceridade que caracteriza o seu espírito revolucionário, que estamos em plena revolução socialista criando ainda mais em nós, soldados e marinheiros, e nas massas populares, uma ideia errada do que é afinal essa revolução e os sacrifícios que implica.

Podemos dizer que a nossa sociedade se caracteriza por uma luta aberta contra a burguesia, em vários aspectos: **contra o seu poder** representado pelo capital que se materializa na posse dos meios de produção (fábricas, instrumentos de trabalho, etc.); **contra a sua ideologia** que através das escolas, da igreja, dos meios de comunicação, dos partidos, transmite formas de pensar e de viver estranhas ao proletariado; **contra os meios que ela utiliza para reprimir os trabalhadores** quando poêm esse capital e ideologia em causa (Polícia, tribunais, Exército).

Algumas vitórias

Nestes três campos ja conseguimos algumas conquistas importantes, que não foram oferecidas ao povo português pelo 25 de Abril, mas impostas através das suas movimentações, como por exemplo, **as nacionalizações, o início da reforma agrária, a não manipulação ideológica que nos querem impôr através do ensino, e sobretudo através da Rádio e Imprensa**

O caso do jornal «República» é um exemplo bem claro disso. O facto de um partido que não defende os interesses dos trabalhadores em luta pelo socialismo o pretender controlar para exprimir as suas posições, demonstra a importância da luta a travar nesse campo.

Também no Exército as alterações têm sido profundas, a partir do 11 de Março. **Já depois do 25 de Abril tínhamos assistido a algumas leis que nos impediam de nos reunir nos quartéis e aí discutir os nossos problemas,** ao contrário do que se passava na maior parte dos locais de trabalho. **Hoje, isso não acontece, e sobretudo não obedecemos a ordens de oficiais que não nos mereçam confiança, ordens essas que queremos ver discutidas e esclarecidos os objectivos que visam**

Em tudo isto, o M.F.A. a quem cabe a iniciativa de ter provocado a queda do fascismo, tem desempenhado um papel fundamental, não propriamente até ao 28 de Setembro, período em que os seus oficiais mais progressistas enfrentaram a forte corrente spinolista, mas a partir daí, acompanhando as movimentações das massas populares.

O M F A não fez, nem vai fazer a revolução socialista, pois que ela se caracteriza em Portugal, por um processo complexo de transformação e criação de uma sociedade nova com a destruição simultânea e progressiva do aparelho de Estado capitalista Isso só se conseguirá pela criação de órgãos de Poder popular, autónomos e não controlados e em que a iniciativa e o poder criador das massas populares não podem ser subordinados aos interesses dos técnicos e dos partidos Esses órgãos de Poder popular vão gerando, pela sua dinâmica, a vanguarda de classe, do proletariado e seus aliados que naquele processo de transformação conquistará o poder, e contribuirão para a crescente hegemonia da classe operária como transformadora das relações de produção capitalistas, assim como para a sua disponibilidade em assumir as tarefas de Governo de toda a sociedade.

É aqui que se inscreve o papel actual do M.F.A. O M.F.A. na medida em que se tem transformado internamente, consoante os avanços impostos pela luta de massas, expulsando de cada vez os oficiais mais reaccionários, tem por isso mesmo sabido interpretar os anseios das massas, a necessidade do socialismo, e em consequência **aberto um campo favorável para a sua organização que lhes permite ultrapassar o espontaneismo de muitas das suas lutas, constituindo-se em comissões de trabalhadores nos locais de trabalho, e de moradores nos locais de habitação** As massas trabalhadoras dão assim um sentido claro às suas lutas, ultrapassando os limites que lhes poêm os órgãos de poder tradicionais, como os sindicatos e os partidos os quais se adaptam às formas do aparelho de Estado burguês reformando-o apenas e não o destruindo.

"verdadeiro socialismo de esquerda"

Foi por isso que o M.F.A. compreendeu que, as lutas partidárias após as eleições, com os partidos capitalistas e sociais democratas (C.D.S., P.P.D. e P.S.) a pretenderem a todo o custo ocupar o poder autoproclamando-se os verdadeiros representantes do povo, são um obstáculo ao avanço do processo revolucionário e contra aquelas formas de poder já organizadas à margem dos partidos, embrião de um verdadeiro poder operário e popular. É por isso que o M.F.A., vendo que ele próprio corria o risco de ser ultrapassado e posto em causa, por tais partidos, pois o M.F.A. actual não pode existir numa situação de democracia burguesa, por eles desejada, viu que o caminho a seguir para o nosso país tem de ser um **verdadeiro socialismo de esquerda»** (no sentido da revolução socialista.

Assim tem estado a discutir no seu interior qual a melhor forma de ele próprio se ligar directamente às massas populares, sem passar pelos partidos Neste momento a ligação prevista é através das autarquias locais, juntas de freguesia, Governos civis.

Ora, sabendo o que são estes órgãos, onde se acoitam muitos caciques e reaccionários, ou que são controlados pelos diversos partidos, afastados da participação popular e numa posição óptima para substituir através dessa nova forma de ligação o controlo sobre as massas, nós soldados, marinheiros e oficiais revolucionários temos de afirmar nas assembleias de unidade que não estamos interessados numa ligação desse tipo, mas sim directamente aos órgãos criados pelos trabalhadores e que são as comissões de trabalhadores e de moradores, e os conselhos de aldeia E onde estes órgãos não existam iremos nós ajudar os trabalhadores a criá-los e a dirigi-los.

Nós só nos podemos ligar àquilo que já existe e é genuinamente popular, e não a órgãos que não existam (como sejam os ultimamente tão apregoados Conselhos Revolucionários) ou a órgãos que mais não são do que o velho aparelho de Estado (câmaras, juntas, governos civis, etc.).

É daqueles órgãos populares que nascerá um novo aparelho de Estado ao serviço do povo É neste processo que o M F A e as F F A A se fundirão com o povo, colocando-se ao seu serviço abrindo organizadamente os quartéis às massas através de tais órgãos, depurando progressivamente os oficiais que no seu contacto com elas se revelam hesitantes e incapazes de as acompanhar.

O nosso processo revolucionário deve avançar ainda mais e quanto mais isso se verificar, maiores serão os inimigos que se nos deparam tanto estrangeiros como os internos que falam em socialismo, para não saltarem da carroça. **E os obstáculos serão maiores se o M F A não responder concreta e firmemente à chantagem exercida pelo inimigo interno** É o que se verifica quando no final das reuniões com o P. S., o Conselho da Revolução diz ter **tomado conhecimento de algumas distorções na forma como se está a desenvolver o processo político português, que vão ser averiguadas no sentido de serem corrigidas**

Quais distorções ?

E perguntámos nós: **quais distorções?»** O controlo que o P. S. não tem e pretende impor aos jornais, aos sindicatos e às autarquias locais? Se assim é, não há que ceder a tais chantagens. Ou serão as lutas que os trabalhadores travam contra o patronato e pelo controlo da produção numa perspectiva revolucionária e totalmente oposta à dos burocratas-dirigentes do P. S.? Se assim é, da mesma forma há que responder claramente que não há lugar para os partidos burgueses que se opõem à marcha para o socialismo!

A derrota de tais inimigos e a defesa da nossa independência só estarão assim asseguradas por órgãos populares meramente defensivos construídos na perspectiva acima indicada, pois são órgãos em que o M F A e Povo são cada vez mais Exército Popular, como expressão da vontade das massas, e não órgãos burocráticos para defender uma revolução socialista que ainda não foi feita